

VIOLÊNCIA
em tempo
de globalização

José Vicente Tavares dos Santos
ORGANIZADOR

Hucitec

CIÊNCIAS SOCIAIS

TÍTULOS EM CATÁLOGO

Colonos do Vinho, José Vicente Tavares dos Santos
O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, Heloísa H. Teixeira de Souza Martins
Expropriação e Violência, José de Souza Martins
A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira, José de Souza Martins (org.)
Mão-de-Obra e Condições de Trabalho na Indústria Automobilística Brasileira, José José Sérgio R. C. Gonçalves
O Cativo da Terra, José de Souza Martins
Os 45 Cavaleiros Húngaros, Oliveiros S. Ferreira
Antropologia Cultural e Análise da Cultura Subalterna, Luigi Lombardi Satriani
Educação e Fecundidade, Maria Irene Q. F. Szmrecsányi
As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guaraní, Curt Nimuendaju Unkel
Metamorfoses do Escravo, Octávio Ianni
Caminhada no Chão da Noite, José de Souza Martins
A Organização Social dos Tupinambá, Florestan Fernandes
A Refeição das Almas, Renate Brigitte Viertler
Refazendo a Fábrica Fordista, Elizabeth Bortolaia Silva
Os Candomblés de São Paulo, Reginaldo Prandi
O Massacre dos Inocentes, José de Souza Martins (org.)
Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais, Howard Becker
A Chegada do Estranho, José de Souza Martins
O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta, José de Souza Martins *
Imagens e Identidades do Trabalho, Antonio Sergio Guimarães, Michel Agier & Nadya Araujo Castro
Max Weber e Karl Marx, René Gertz (org.)
Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética, José de Souza Martins (org.)
República de Crianças: Sobre experiências escolares de resistência, Helena Singer
Subterrâneos do Trabalho: Imaginário Tecnológico no Cotidiano, Alice Itani
Jeipari: Sacrifício e Vida Social entre os Índios Arara, Márnio Teixeira-Pinto

VIOLÊNCIAS NO TEMPO DA GLOBALIZAÇÃO

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS

ORGANIZADOR

**VIOLÊNCIAS NO TEMPO
DA GLOBALIZAÇÃO**

EDITORA HUCITEC

São Paulo, 1999

© Direitos de publicação reservados pela Editora Hucitec Ltda., Rua Gil Eane: 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011)240-9318, 542-0421 e 543-0653. V (011)530-4532; fax: (011)530-5938.

E-mail: hucitec@mandic.com.br

Foi feito o Depósito Legal.

Editoração eletrônica: Ouripedes Gallene e Rafael Vitzel Corrêa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Sandra Regina Vitzel Domingues)

V 792 Violências no Tempo da Globalização.

Violências no Tempo da Globalização / José Vicente Tavares dos Santos (organizador). – São Paulo : Hucitec, 1999.

570 p. ; 21 cm.

Inclui referências bibliográficas

ISBN 85-271-0476-8

1. Violência – Sociologia I. Santos, José Vicente Tavares dos (organizador) II. Série

CDD - 301.633

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Violência 301.633

Dedico este livro à memória de meu pai, Rosauro Tavares dos Santos

Meus agradecimentos a todas as pessoas e instituições que tornaram possível este livro, em particular:

UFRGS — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Extensão)

IFCH-UFRGS — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS (Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia)

CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Fapergs — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Conselho Municipal dos Direitos da Cidadania, contra as Discriminações e a Violência

Associação Nacional dos Procuradores da República

DOS MANICÔMIOS ÀS SALAS DE JANTAR: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PSICOPATOLOGIA INSTITUCIONAL

Tania Mara Galli Fonseca

Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Em primeiro lugar, quero agradecer aos organizadores do seminário, em especial ao Professor José Vicente Tavares dos Santos, pelo convite para participar do evento. O painel no qual me insiro e que deve abordar o tema "Agressividade e Violência: o Normal e o Patológico", instiga-me a diversas reflexões, as quais devo confessar me fazem deslizar, sem dificuldades, para um estado de "ira" o qual, possivelmente, climatizará e dará o tom de minha fala.

Demarco, assim, que as considerações a serem feitas, não se encontram desprovidas de meus próprios afetos mobilizados pela força dos argumentos lógicos que minha razão aponta.

Minha área de procedência é a da Psicologia, e mais especificamente, a da Psicologia Social em seu desdobramento para os campos do Trabalho e da Educação. A discussão sobre o normal e o patológico interessa-me, portanto, na perspectiva de sua aplicabilidade ao entendimento dos fatos sociais mais do que a de sua aplicação individual, de caráter clínico e terapêutico.

Com a finalidade de situar alguns referenciais, explicitarei alguns pontos de partida para ancorar minhas considerações:

1. O primeiro diz respeito ao modo de entender a produção do mundo social, vista desde a trama de múltiplos eixos estruturados/estruturantes que, mesmo em conexão, não se subordinam uns aos outros, conservando/renovando modos de ação específicos e particulares por meio dos quais buscam sua própria reprodução. Assim, parto do entendimento de uma multidimensionalidade fundante do social, em cuja dinâmica operam simultaneamente continuidades e descontinuidades, e cujas feições se manifestam como faces especulares de particulares tempos sociais e históricos: o social entendido como invenção e longe, portanto, de situar-se no domínio da essência e da

naturalização; o social como complexo de redes de poderes, nutrido pela capacidade estruturante de produzir não somente as divisões sociais, mas igualmente e mais importante, um próprio modo de pensar, de perceber e de agir dos agentes que se mostra, na sociedade ocidental, impregnado pela lógica das oposições binárias, pelas dicotomizações e categorizações. Assim, portanto, para além de classificar e agrupar os sujeitos e as coisas do/no mundo, o pensamento trata de hierarquizar, incluí-los/excluí-los de acordo com os sentidos de valor que lhes são atribuídos. Pensar da perspectiva do social, portanto, significa reconhecê-lo como o campo de campos estruturados de forças, implicando inelutavelmente tensões, fragmentado por múltiplas possibilidades de posicionar e inserir os sujeitos e de conferir-lhes *chances* de herdeiros ou deserdados dos capitais sociais, econômicos e culturais. O social contém, assim, em sua heterogeneidade, uma espécie de vibração constante, nutrida e derivada de embates de poder que perpassam as relações de desigualdade política entre seus agentes, tendo em vista a manutenção ou a ruptura do *status quo*.

Sua multidimensionalidade pode indicar quão complexa é sua constituição, não se podendo admitir sua simplificação e redução ao economicismo. Portanto, sem excluir a importância da classe social como categoria de análise, é indispensável cruzá-la e intercruzá-la a outras, de caráter social e cultural, tais como a de gênero, raça/etnia, idade, religião etc... Atualmente, vive-se um tempo em que a par das lutas econômicas, as lutas de caráter cultural invadem as discussões, os noticiários, as temáticas científicas, instalando aos nossos olhos, mesmo que não o queiramos, denúncias de outras espécies de exclusão social e cultural que não somente a derivada do poder aquisitivo econômico. O movimento das mulheres, dos negros, dos *gays*, dos da terceira idade, dos adolescentes, dos sem-terra, estão a assinalar um mal-estar social mais abrangente e provavelmente mais agravado se articulado à problemática econômica na qual de inscrevem. Instigam a pensar a ordem social como crivada de conflitualidades, econômicas e culturais, instável em seu equilíbrio, mas poderosa em sua capacidade de dominar os fracos e os desvalidos, obtendo deles não apenas seu silenciamento, mas sua concordância e muitas vezes sua devoção.

2. Se o social é estruturante, equivale dizer que ele produz o próprio pensamento que o pensa e que constitui dessa forma os próprios agentes que o legitimam e deslegitimam. Assim, um outro pressuposto de minhas considerações é o que os agentes sociais não são produtos isolados de suas condições contextuais e conjunturais, mostran-

do-se, ao contrário, como efeitos destas, resultados das múltiplas possibilidades nelas contidas e marcados pela historicidade de seu tempo. Mundo e sujeito são aqui considerados enervantes dobras de continuidade e descontinuidade, permitindo estabelecer a ruptura com o sonho modernista do sujeito da razão, da consciência e da unicidade. As singularidades subjetivas, por sua vez, revelam-se como formas possíveis de diferenciação, mas nunca geridas para além das marcas das possibilidades aqui e agora delineadas.

As subjetividades constituindo-se como produção do social — mutáveis, dissolúveis, fragmentárias — marcadas pela errância, expressam uma das faces dos sujeitos que reafirmam sua permanente busca, acolhem e produzem seus possíveis devires e sua própria transformação na direção de seus tão sonhados e idealizados egos. As identidades, por outro lado, buscadas, num mundo de aceleradas mudanças, como apego a referências estáveis, podem ser compreendidas, às vezes, como terror ante a consciência da finitude das formas de existência até então adotadas e consolidadas. Assim, a busca de referências identitárias, de um lado, e o acolhimento da experimentação de novos modos de subjetivação de outro, demarcam as evoluções dos movimentos dos sujeitos contemporâneos diante do desafio a que são submetidos: o de viver no “entre”, ou seja, no nomadismo das práticas ordinárias cotidianas, na hibridez das disciplinas, na experimentação da busca, no estatuto de estrangeiro mesmo quando se encontram em casa. Coexistem social e intrapsiquicamente o olhar viajante e o olhar estrangeiro em contraposição ao olhar cativo que procura no familiar seu sossego, sua estabilidade e pertinência fixista e imutável.

A indissociabilidade mundo e sujeitos pode ser mais rigorosamente evidenciada em situações das quais se requeiram mudanças. Enfoques exclusivamente objetivistas, ou seja, reordenações materiais, físicas e normativas requerem, sem dúvida, a formação do consentimento coletivo, mostrando-se — a não ser que providas de fortes dispositivos coercitivos — muitas vezes ineficazes. Da mesma forma, enfoques exclusivamente fundamentados no voluntarismo e no espontaneísmo, revelam-se dissipados e transitórios e muitas vezes, nada mais fazem do que assegurar a continuidade e o recrudescimento dos fatores contra os quais se rebelam. Trata-se de perguntar, então, por onde e como começar a transformação das estruturas objetivas — pensadas e constituídas pelos agentes sociais — ou da transformação das estruturas mentais, ao mesmo tempo estruturadas pelo *a priori* social estruturado e estruturante delas?

Responder a tal problematização pressuporia, de minha parte, cer-

ta pretensão, embora deva reconhecer a intensidade da provocação nela implicada. Parece útil, contudo, que recoloque e amplie de outra forma, ao mesmo tempo mais sintética e mais analítica, algumas implicações das considerações acima explicitadas, como forma de orientar a busca de algumas incompletas respostas possíveis.

Tomou, pois, como alguns importantes indicadores: a fragmentariedade do social e do sujeito, a indissociabilidade objetivo *x* subjetivo, a conflitualidade imanente ao campo social e à condição humana, e ainda acolho o atual questionamento às metanarrativas, aos discursos globalizantes e universalizantes, colocadas/os como práticas sociais de exclusão, por manterem na invisibilidade, particularidades e singularidades — seja de territórios sociais como de seus agentes — e problematizo as noções de saber a verdade neles contidas, entendendo-as como formas de expressão do poder e da violência simbólicos. Tais indicadores, por sua vez, levam ao reconhecimento da falência da utopia revolucionária — que se apoiou na visão de um mundo passível de ser unificado e integrado e promoveu a crença na existência de um poder centralizado e localizado. Da mesma maneira, tais indicadores conferem significado e relevância às práticas ordinárias, comuns e cotidianas, tecidas e constituídas nas redes capilares da microfísica dos poderes, produzidas e reproduzidas sem um projeto pedagógico explícito, racional e planejado.

Transmitidas nas redes sociais de parentesco, de vizinhança e de amizades, consolidadas como provedoras de sentido de “viver com”, estruturantes de imaginários coletivos, assentados em crenças e idéias que atribuem significados a diferentes e específicos modos de vida, as práticas cotidianas podem revelar-se, hoje, também como depositárias de enigmas da conservação e das regularidades como da transformação e das rupturas sociais. Ao associar modos de viver com cotidianidade, longe estou de afirmar o caráter espontaneísta de tais práticas, devendo reiterar que as possibilidades de suas variações se encontram de algum modo delineadas, não na forma de destino, mas de possibilidades, na estrutura do campo social no qual se inscrevem. Afirmando, daqui por diante, portanto, que é justamente do caráter variável, errante e fragmentário de tais práticas que emerge a necessidade de sua governabilidade. Ou seja, para garantir a hegemonia e a constância dos poderes dominantes e dos lugares sociais consolidados em uma dada sociedade, grupo ou tribo, há de se contrapor, por meio de processos educativos simultaneamente abrangentes e pontuais, a disseminação e a inculcação de valores, crenças e idéias que sirvam à legitimação da ordem social vigente. Consolida-se dessa for-

ma incorporada nos próprios sujeitos uma espécie de “superego”, capaz de regular seus modos de existência de forma sintonizada com os interesses e as “verdades” consentidas. Pela educação, tomada em seu sentido amplo de socialização, obtém-se assim uma espetacular associação de afeitos que alimentam desde a ilusão da autonomia do sujeito, à reprodução, por eles próprios, das estruturas que os dividem, dominam e excluem.

A espetacular força inculcadora contida nos processos educativos, em suas formas informais, formais e escolarizadas, constituiu-se, assim, no foco sobre o qual também se pode e se deve discutir a questão do normal e do patológico, quando se trata da temática da violência.

Torna-se claro que se fala aqui de uma violência pertencente ao plano do simbólico; fala-se do poder performativo das palavras, do poder legitimado dos que detêm o saber, seja ele da ordem doméstica (pais), escolar (professores), legal (juristas), higiênica (médicos), técnica (especialistas). Fala-se de processos educativos que perpassam as práticas cotidianas seja no âmbito familiar, escolar, profissional, de lazer... Fala-se da imanência do poder educativo implicado nas próprias práticas socializantes e formativas. Considera-se a educação não apenas meramente conectada com o poder, mas como expressão mesma de suas forças, uma vez que se reserva a tarefa de formar mentalidades, de estruturar consciências e incorporar-lhes lógicas de pensamento. Interfere, outrossim, na constituição da própria lógica dos territórios sociais, dicotomizando e governando os fluxos e os assentamentos das populações, tomadas desde sua classe, gênero, idade, raça, estado mental, etc... Disseminado como discurso normativo em qualquer das organizações sociais que possam vir a ser inventadas, desde a família às prisões e manicômios, o processo educativo avocasse a “missão” da formação do humano onde antes, apenas se percebe um corpo físico, de homem ou de mulher, que deve ser, quando se trata de crianças e de jovens desenvolvido em suas potencialidades sempre de acordo com os interesses sociais e para sua plena e ajustada integração à sociedade. Para educar é necessário saber onde se quer chegar. Não se educa sem orientar, não se orienta sem dirigir. Educar implica inscrever-se em escolhas de ideais, crenças e finalidades. Tais escolhas encontram-se sempre alinhadas e engendradas aos valores e significados que impregnam determinada cultura, não se podendo, portanto, falar de escolhas inevitáveis e unívocas. Elas constituem-se, sempre e somente, como possibilidades. A eficácia educativa, outrossim, parece estar implicada na possibilidade de inversão de seus originários intentos: fundada como necessidade de governa-

bilidade social e manutenção da normalidade do sistema, a educação, por meio de suas práticas, é capaz de promover incrível ocultação de seus propósitos: fundando-se em princípios considerados humanistas e humanitários, coloca-se acima das suspeitas a respeito de sua legitimação, e o consegue quando obtém dos sujeitos sociais o consentimento de que precisam ser educados e governados. Educar-se em certa ordem de princípios significa incorporá-la como sua, do que se origina a possibilidade do autogoverno, tomado com base em regras arbitrárias que, após inculcadas e somatizadas, se naturalizam como a própria consciência individual. O autogoverno, potencializa, assim, por meio da autoculpalização, a correção dos comportamentos considerados desviantes.

Do contrário, como se explicaria o mal-estar do desempregado, visto que sua consciência está mais habilitada a culpá-lo do que a analisar os fatores gerais de sua situação? Como explicar a vergonha do aluno que fracassa na escola, quando tudo lhe aponta residir exclusivamente em suas mãos, capacidades e talentos a realização de seu sucesso? Como compreender os processos de aprendizagem e recrudescimento do crime, da sabotagem e das injúrias entre detentos, quando a justiça que os captura e prende, fala em regenerá-los? Como encarar a miserabilidade material e/ou afetiva das famílias, elas próprias matrizes educativas por excelência, mas jogadas e desprezadas sem teto, sem dinheiro, sem saúde, sem agasalhos e educação? Como encarar a subordinação coletiva de massas de trabalhadores e trabalhadoras, tratadas pelas sucessivas gestões empresariais, quase que invariavelmente como suspeitas e imorais, e às quais devotam anos de sua vida, seu tempo e seus tratamentos, suas energias e suas esperanças? Como explicar a docilização das mentes e dos corpos senão por profundos processos educativos, de longa duração, orquestrados em conjunto e cada um a seu tempo, a família, escola, fábricas, igrejas e outros equipamentos sociais?

Por essa espécie de educação que, pautada e fundante nas/das normas sociais, coloca linhas divisórias claras e opostas entre o que considera produtivo e improdutivo, apto e inapto, adequado e inadequado, saudável e patogênico. Se é verdade que os manicômios do mundo e de cada cidade, considerados instituições terapêuticas por excelência, encontram-se transbordantes de sujeitos cronificados que, de um modo ou de outro, transgrediram os limites da "normalidade"; se é verdade que as escolas, instituições educativas por excelência, fazem-se repletas de repetentes, que habitam a tênue fronteira entre a inserção e a exclusão social; se é verdade que as prisões, antes

de reeducarem mais violentam e agridem os detentos, tratando-os como detritos sociais, é de se perguntar: de que normalidade e de que patológico se está falando, senão do de igual ou maior periculosidade do que a do criminoso e a do louco. Não se poderia também chamar de loucura e de criminalidade as milhares de ações cotidianas praticadas em nome da ordem, da saúde, da educação e do bem coletivo e público? Se as organizações são estruturadas para educar, para produzir, para recuperar, amparar e proteger, há de se convir, que elas, por seus efeitos, se mostram engendradas, antes de tudo, como formas de capturação e sujeição sociais, para garantir, não a felicidade, a saúde e a educação coletivas, mas alimentar nos sujeitos as ilusões de que é tão-somente por seus esforços e talentos que obterão os méritos do alcance de sua dignidade. Ser digno, de tal ponto de vista, não basta ser humano. É necessária, muitas vezes, a própria autonegação de tal estatuto, para recompor algumas forças para continuar sobrevivendo...

O nosso cotidiano tem sido mobilizado a cada passo que damos e em cada local que aportamos pelas feridas sociais. Elas, hoje, se mostram expostas e derramadas na via pública, nas reuniões de nossas escolas, nos noticiários que lemos e a que assistimos. Nossas casas são violadas, sem ou mesmo com nossa presença. Nossas vidas expõem-se aos riscos de forma cada vez mais intensa e repetitiva. A violência faz parte de nosso modo de viver, tendo-se tornado imanente ao social. Sitiamo-nos em nossas propriedades, em nossos eus, encolhem-nos diante das inseguranças que nos rodeiam, mesmo quando estamos no interior de nossas casas. O que está indo tão mal? O aumento da agressividade e a explosão da sintomalogia na população deve-se a quê? As mudanças nos códigos genéticos dos nomeados de "desviantes"? As mutações de ordem exclusivamente interna deles? O que então, faz deteriorar e corromper, as próprias formas de segurança e de proteção públicas? Atribuir a problemática social da violência e da criminalidade aos cidadãos, tomados de forma individualizada e esquadrinhante, nada mais é do que tomar como causa simplificadora o que, na verdade, se traduz como efeito de onda gigantesca que nos submerge e nos faz ir em busca, talvez, de alguns clandestinos modos de vida, capazes, talvez, de engendrar e instituir nova ordem social não antropofágica, na qual as noções de normal e de patológico não se revistam de tamanhos poder e violência performativos e a educação, tomada de seu *lato sensu*, não se deixe localizar como conservatório de crenças e idéias forjadoras da indigência, da exclusão e da desfiliação social.

Bibliografia

- Bourdieu, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- . *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- Bourdieu, Pierre & Wacquant, Loic J. D. *Réponses*. Paris: Seuil, 1992.
- Baremlitt, Gregório. *O inconsciente institucional*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- Castro, Mary G. Alquimia das categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Estudos Feministas*, 0. CIEC/ECO/UFRJ, 1992.
- Delgado, Jacques. *A loucura na sala de jantar*. São Paulo: Resenha, 1991.
- Lancetti, Antonio (ed.). *Saídeloucura*, 1, 3 e 4. São Paulo: Hucitec.
- Rockwell, Else. Como observar a reprodução. *Teoria & Educação*, 1. Porto Alegre: Palmarina, 1990.
- Tundis, Silvério A. & Costa, Nilson do Rosário. *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

O SISTEMA PRISIONAL NO RIO GRANDE DO SUL Análise do Censo Penitenciário de 1994

Juan Mário Mariño Fandiño*

Letícia Maria Schabbach**

Cláudia Tirelli***

Aida Griza***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul

Este trabalho apresenta os primeiros resultados do estudo sobre o Sistema Prisional no Rio Grande do Sul, que integra um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado "Violência e Criminalidade no Rio Grande do Sul"¹. Com base nos dados do Censo Penitenciário de 1994 (ano referência: 1993) para o estado do Rio Grande do Sul, analisaram-se as características institucionais das prisões e o perfil biográfico e jurídico dos presos². Salienta-se que o Censo Penitenciário Nacional, publicado pelo Ministério da Justiça, não apresentava informações por estado da Federação, inexistindo dados sistematizados para o Rio Grande do Sul.

O levantamento dos dados efetuou-se mediante formulários elaborados pelo Ministério da Justiça e preenchidos por funcionários de

¹ Esta pesquisa tem como objetivo estudar, com base nos dados estatísticos disponíveis, as prisões, a criminalidade e outras formas manifestas de violência no estado. Sua realização foi viabilizada por iniciativa da Secretaria da Justiça e da Segurança em estabelecer um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a finalidade de reunir os dados estatísticos relativos à temática da violência, torná-los comparáveis e passíveis de serem utilizados como subsídio às ações dos órgãos executores da Justiça e da Segurança. Integram o grupo de pesquisa, além dos redatores deste texto, o professor José Vicente Tavares dos Santos (da UFRGS), a administradora Clair Portes Almeida e a psicóloga Dulce Maria Mota Cordioli (ambas da SJS), como coordenadores do projeto.

² A segunda etapa da pesquisa sobre o Sistema Prisional está sendo elaborada com base nos dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS, que abrangem os anos de 1968 a 1970 e 1981 a 1995.